ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORD. VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 05/08/2021.

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, no formato virtual, link http://meet.google.com/vrv-iapx-fcs, participaram os seguintes membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico - COMSAB: Laudelino de Bastos e Silva (SMMA); Janaína Guesser Prazeres (SMI); Alcino Caldeira Neto (SMCAM); Iara Réus Magalhães (SMS); Carlos André Pincelli (VISA); Nathan Ferreira Piccoli (CASAN); Leandro Lino Freitas (IPUF); Fernando César Demetri e Rodrigo da Silva Vieira (ACIF); Eugênio Luiz Gonçalves e João Henrique Mertem Peixoto (Ass. Morad. Ent. Com.); Albertina da Silva de Souza (UFECO); Djan Porrua de Freitas e Jaison Luís Souza (ABES/SC); Odilon F. Roman (CREA/SC); Pablo Heleno Sezerino (UFSC); Leonardo Lacerda da Silva (SINTAEMA); Fabiane A. Tasca Goerl (Ent. Relac. Ao San. Básico, Maricultura e Meio Ambiente); Carlos B. Leite (SINDUSCON), totalizando dezessete (17) instituições do Conselho representadas na reunião, perfazendo um total de vinte e um (21) conselheiros. Também participaram da reunião: Aline Sardá, Ana Laura Souza e João Henrique Quissak Pereira (SMMA); Rodrigo Maestri, Felipe Leite, Patrice J. Barzan CASAN); Silvani Ferreira (Presidente da Assoc. dos Pescadores Artesanais do Bairro João Paulo/Saco Grande/Itacorubi); Ricardo Araújo; Ester Eloísa Addison; Alexandre Stuepp Cavalcante; Julieta Monteiro (Assessoria Parlamentar Ambientalista de Florianópolis); Esdras da Luz; Anderson Miranda; Márcio Freitas; Claudinei Rodrigues (ICMBIO); Nilo Becker; Dri Klin; Kíssia; Glauber Regis Lopes Paese e a secretária executiva do COMSAB Paulina Korc, completando vinte e quatro (24) participantes. Foi justificada a ausência dos conselheiros: João Gaudêncio Neto (Gab. Prefeito e Alexandre João Vieira (SMSP). A 6ª Reunião Extraordinária Virtual do COMSAB foi conduzida pelo presidente, em exercício, Laudelino de Bastos e Silva. Inicialmente **Laudelino** agradeceu a participação dos conselheiros e demais ouvintes e informou que a reunião está sendo gravada. Na sequência, cientificou a todos que a apresentação do projeto de execução da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE João Paulo/Saco Grande e o status atual da obra, etapas previstas para conclusão das obras, será realizada pela Gerente de Meio Ambiente Engª. Patrice Barzan e pelo Gerente de Construção Engº Felipe Costa Leite, ambos da CASAN. **Laudelino** estabeleceu que, durante a apresentação, as perguntas fossem sendo registradas no Chat para facilitar o momento reservado para esclarecimentos às dúvidas dos participantes. **Engº Felipe** iniciou a explanação informando a equipe de técnicos envolvidos neste empreendimento, sendo a Engª. Patrice Barzan (Gerente de Meio Ambiente/CASAN), Engº Antônio (Fiscal do empreendimento), Engª Priscila (eng. projetista) e o próprio Felipe, sendo o gestor do empreendimento. A apresentação, na íntegra, está disponível no Link https://friz.casan.com.br/download?id=8d8139ca8f4742bdaa40dfe18337ce69c39053f424082021

(Para realizar o download do arquivo, basta clicar no link acima, informar CPF e e-mail, e na tela seguinte clicar em "download"). **Felipe** fez um breve histórico do Licenciamento Ambiental do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Saco Grande/Monte Verde/João Paulo que iniciou no ano de 2014. Esclareceu que o empreendimento é uma ampliação do SES Saco Grande, discorreu sobre o investimento previsto, fontes de recursos, período de execução e população beneficiada. Tratou ainda sobre a extensão das obras, salientando que o projeto atenderá os bairros João Paulo, Monte Verde e Saco Grande, e também permitirá integrar e operar a rede coletora instalada nos bairros Santo Antônio, Cacupé e Sambaqui. **Felipe** também explanou sobre a concepção do SES, a qual prevê a coleta do esgoto por meio das ligações domiciliares sendo conduzido, por gravidade, às bacias de esgotamento, onde serão construídas estações de bombeamento, também chamadas de estações elevatórias, que irão conduzir o esgoto coletado até o SES, por meio de emissários terrestres. Neste local, o esgoto receberá o tratamento adequado e será disposto ao meio ambiente em condições adequadas. Desta forma, estará sendo coletado e tratado o esgoto que atualmente está sendo depositado *in natura* para o meio ambiente. Também explanou que a primeira etapa de implantação do SES, será nos bairros João Paulo Monte Verde e Saco Grande. **O engenheiro** disse que já existe a ETE, operando desde 2006 que, com a nova estação, será desativada. Na sequência, falou sobre as principais unidade pertencentes a ETE, sendo o tratamento preliminar, tratamento secundário/tanque de aeração/decantador secundário e tratamento terciário, garantindo a eficiência do tratamento adequado ao esgoto da região. **Felipe** informou que no projeto está contemplado o tratamento de odores, gerador de energia, cortina vegetal, a qual estará disposta no entorno da ETE. O ponto de lançamento do emissário se dará por meio de emissário terrestre e, por uma fase, de emissário subaquático, com diâmetro de quinhentos milímetros (500mm), tendo como ponto final a oitocentos e cinquenta (850) metros dentro da baía. Sobre a eficiência do tratamento, **Felipe** salientou os principais parâmetros com redução de nutrientes (DBO, Nitrogênio, Fósforo, Coliformes). No projeto estão previstas vinte e uma (21) estações elevatórias de diferentes portes, dependendo da situação local. A parte elétrica do SES estará interligada com o sistema supervisório da CASAN, possibilitando uma operação em tempo real, reduzindo problema operacional. Em relação às obras, **Felipe** informou que estão centradas na ETE, terraplanagem desmonte de rochas e, no decorrer do mês, iniciarão as fundações das estruturas. Nos próximos dias, a CASAN alinhará, junto à Prefeitura, o início das obras em vias públicas, tanto na parte de assentamento de rede coletora quanto da execução das estações elevatórias. Na explanação, **Felipe** informou que faz parte do escopo de implantação do SES a comunicação com a população, chamado de Projeto de Trabalho Socioambiental (PTSA), o qual

tem dois aspectos importantes: 1) Informar a comunidade sobre as ações que estão sendo desenvolvidas; 2) Demonstrar os benefícios ambientais da implantação deste tipo de dispositivo, tanto na fase de implantação quanto na fase de operação do Sistema. Estão previstas ações de monitoramento dos corpos receptores, antes, durante e depois da implantação da obra; capacitação dos operários envolvidos na construção e implantação do SES; comunicação e divulgação à população diretamente afetada, realizando palestras e reuniões. Na sequência, citou as ações já desenvolvidas: 1) Monitoramento da qualidade das águas e sedimentos (antes, durante e depois das obras). Durante estas atividades, os barcos utilizados são da comunidade pesqueira, como suporte para realizar a coleta. 2) Comunicação com a comunidade, apresentando os benefícios, impactos e informando as atividades que estão sendo desenvolvidas na obra. Disse ainda que, além do trabalho 'porta a porta', foram montadas tendas para o PTSA e esclarecimentos. 3) Vistorias em residências e monitoramento da região, por conta do desmonte de rochas. 4) Visitas de vereadores e moradores na ETE. **Felipe** informou que o SES que está sendo implantado tem um porte semelhante ao SES Piçarras, em operação desde julho de 2020. Na oportunidade, disse que há possibilidade de realizar uma visita ao SES Piçarras, para quem estiver interessado e quiser tirar suas dúvidas. Conforme estabelecido no início da reunião, a reunião seguiu com as Perguntas (P) dos participantes e Respostas (R) dos expositores. **P** (**Laudelino**): "Quanto será gerado mensalmente de lodo no tratamento do esgoto e qual será o seu destino final?" **R** (**Felipe**): A metodologia de cálculo utilizada prevê a geração de seis metros cúbicos (6 m^3) de lodo por dia, quando estiver trabalhando com oitenta e cinco litros por segundo (85L/s), tendo como destino o aterro sanitário. **Felipe** salientou que há estudos para este lodo ser utilizado para outros fins. **Laudelino** disse que a Prefeitura pretende conversar com a CASAN a respeito, por conta do Lixo Zero. **P** (**Joao Henrique Peixoto**) "O emissário submarino de 850 m é um novo emissário ou vai ser utilizado o emissário atual da ETE que vai ser desativada?" **R** (**Felipe**): Em função da vazão da nova Estação, será necessária a implantação de um novo emissário, com uma tubulação de PEAD de quinhentos milímetros (500mm). Não está prevista a remoção do emissário existente. **P** (**Márcio Freitas**): "Quando serão implantadas as redes no João Paulo os recursos estão previstos neste empréstimo da JICA?" **R** (**Felipe**): Toda a área abrangente está contemplada no contrato da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). A CASAN realizará, nos próximos dias, reunião com a Prefeitura, para apresentar o plano de ação para início da execução da rede coletora, definindo quantas frentes de serviços serão implantadas e em quais localidades será iniciada a implantação. Afirmou que a rede João Paulo faz parte dessa implantação. **P** (**Frente Parlamentar Ambientalista Floripa**): "Onde acessamos os

dados de monitoramento da Enseada do João Paulo?" **R** (**Patrice**): Os dados não estão disponíveis, mas podem ser solicitados à CASAN. A CASAN não tem monitoramento da Enseada em si, mas tem do efluente tratado. **P** (**Denise de Siqueira**): "Porque não estão transmitindo via Youtube, como foi divulgado? Isso exclui extremamente a participação popular. Não era pra ser uma audiência pública?" **R** (**Laudelino**) esclareceu que esta não é uma audiência pública, mas sim uma reunião do COMSAB. Em relação ao projeto, disse que a CASAN fez a divulgação do projeto e estava faltando esta apresentação ao Conselho de Saneamento, o que está sendo realizado na presente reunião. O Conselho Municipal abriu a reunião aos moradores para acompanhar a apresentação. Em relação à transmissão das reuniões via Youtube, a sugestão será avaliada. **P** (**Claudinei Rodrigues**): "1 - A CASAN fez estudos de hidrodinâmica da dispersão do efluente na enseada do Saco Grande?" **R** (**Patrice**): Conforme solicitado pelo ICMBIO, este estudo é uma condicionante do Licenciamento Ambiental de Instalação (LAI). Antes da implantação do emissário, a CASAN precisa apresentar um novo estudo para ratificar o ponto de lançamento que, a princípio foi projetado para 800m. Este estudo está sendo contratado e deverá estar concluído antes da conclusão da obra. **P** (**Claudinei Rodrigues**): "2 - Tendo em vista que o emissário atual de 800 metros está num local de baixíssima circulação, o que impede/dificulta a dispersão dos efluentes há previsão de aumento do comprimento do emissário?" **R** (**Patrice**): Dependerá do resultado do estudo. **P** (**Claudinei Rodrigues**): "3 - Considerando o aumento da lama no ambiente praial do Bairro João Paulo com uma vazão da ETE de 10 L/s; com o aumento da vazão para 85 L/s isso não vai agravar o quadro de aumento da lama sobre o ambiente?" **R** (**Felipe**): Ao aumentar a área de cobertura de atendimento da população, este esgoto deixará de ser lançado *in natura* à baía, o qual gera esta lama, pois será lançado apenas o efluente tratado conforme apresentado anteriormente. A eficiência de remoção e o tratamento da estação vêm justamente para reduzir esta lama que, atualmente, é lançada no meio ambiente. **P** (**Laudelino**): "Na elaboração do projeto da ETE, foi realizado o EIV?" **R** (**Patrice**): Não foi realizado. Em 2014, quando foi realizado o processo de licenciamento, a CASAN encaminhou um documento à Prefeitura de Florianópolis indagando se o local do empreendimento estava de acordo com o Plano Diretor. Na época, a Prefeitura respondeu que sim e não exigiu o EIV. Foi realizado o estudo de impacto ambiental que está disponibilizado ao público no site da CASAN. Também está disponibilizado o documento da Prefeitura que não exigiu o EIV. **P** (**Márcio Freitas**): "Como acessar dados deste monitoramento das águas?" **R** (**Patrice**): Na medida em que forem sendo apresentados os dados, resultantes do estudo de impacto ambiental, a CASAN estará publicando, no site, os dados do monitoramento da qualidade da água na baía. Já os dados de monitoramento da

estação existente, deverão ser solicitados à CASAN, pelo E-mail da Ouvidoria. **P** (**Djan Freitas**): "Quando ocorre falta de energia elétrica, como as elevatórias e a ETE vão funcionar ?" **R** (**Felipe**): Tanto na ETE quanto nas elevatórias de maior porte, instaladas em terreno adquirido pela CASAN que receberão urbanização, estão previstos geradores de energia que, em caso de falta de energia pública, haverá continuidade da operação das unidades. Em algumas situações específicas, como final de rede na CELESC, serão utilizados geradores móveis. **P** (**Jaison Souza**): "Como vai ser a remoção do Fósforo? Biológica ou por precipitação?" **R** (**Felipe**): Será por precipitação química, através de cloreto férrico. **P** (**Márcio Freitas**): "Quantas alternativas de localização foram estudadas para definir o local da ETE?" **R** (**Patrice**): Como esta ETE é uma ampliação da anterior, não foi exigido estudo de alternativa locacional. O órgão ambiental exigiu o estudo de alternativa tecnológica, em que a Estação teria que ser ampliada com tecnologia de tratamento melhor e mais eficiente do que a atual. **P** (**Claudinei Rodrigues**): "Mas isso não responde...o ICMBio falou que os estudos estavam deficitários e vocês complementaram eles?" **R** (**Patrice**): esclareceu que o estudo de autodepuração. O estudo de autodepuração está sendo contratado e, quando iniciar, será informado a todos para ter acesso. Tanto o ICMBIO quanto o IMA receberá este material. **P** (**Alexandre S. Cavalcanti**): "No Monte Verde e Saco Grande estamos preocupados com a falta de comunicação e informação, nenhuma dessas ações propostas foram realizadas no bairro ou com qualquer entidade local. Por que?" **R** (**Felipe**): Os trabalhos foram iniciados e intensificados pela região próxima da ETE, que é a primeira unidade em que estão sendo realizadas as obras. Sendo assim, a região do João Paulo recebeu os primeiros eventos de atendimento e acolhimento à população. Na sequência, estas ações serão levadas aos demais bairros que serão atendidos, como Saco Grande, Monte Verde, como também onde já foi implantada. **P** (**Márcio Freitas**): "O modelo matemático desenvolvido para o estudo de autodepuração está disponível? É possível fazer novas simulações a partir da atualização dos dados de entrada?" **R** (**Patrice**): O estudo está disponível no site da CASAN. Em relação às novas simulações, disse que terá que verificar se o produto entregue à Companhia está com os dados abertos para poder fazer simulações. (Patrice complementará a resposta posteriormente). **P** (**Pablo H. Sezerino**): "Como está previsto o tratamento de odores junto da etapa de tratamento preliminar? Os dispositivos componentes da unidade de tratamento preliminar serão cobertos e os gases conduzidos ao filtro desodorizador?" **R** (**Felipe**): O tratamento de odores está disposto junto ao tratamento preliminar, a qual é fechada, justamente para coletar os gases produzidos nesta etapa de tratamento, onde terá o maior acúmulo e geração desses gases e direcionada até a unidade de tratamento. Esta unidade é composta tanto de carvão ativado quanto de camada de turfa. **P**

(**Odilon Roman**): "Qual o percentual de obra já executado?" **R** (**Felipe**): Está com 6% de andamento físico. A previsão de chegar ao final de 2021 com execução de 15 a 20% da obra. **P** (**Jaison Souza**): Quando iniciarão as obras de assentamento de rede no Bairro Monte verde?" **R** (**Felipe**): A expectativa é que inicie em setembro/2021. A CASAN está aguardando a chegada dos materiais, já adquiridos, necessários para implantação da rede coletora. Será definido junto à Prefeitura, em quais bairros serão iniciadas as atividades. **P** (**Ricardo Araújo**): "1. Onde está o estudo ambiental que comprova a capacidade da região de receber toda esta grande carga de efluentes planejada? Temos estudos técnicos que demonstram que a área é totalmente inadequada para receber esta carga de efluentes, já que se trata de um trecho com baixa incidência de correntes e renovação de água. Onde está o estudo que comprova que esta região é capaz de suportar a grande quantidade de água doce que será lançada, isso sem considerar as outras substâncias lançadas." **R** (**Patrice**): O estudo ambiental de autodepuração está disponibilizado no site da CASAN https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Documentos_Download/Estudo%20Autodepuracao%20SES%20Saco%20Grande(1).pdf. O novo estudo que é para atualizar o de autodepuração está em fase de contratação. Compreende que há uma pressão urbanística muito grande na região do Saco Grande e João Paulo onde, semanalmente, é perceptível a construção de novos empreendimentos. A CASAN está prestando serviço para mitigar a ocupação urbana que está ocorrendo no local. Além da operação da ETE lançando o emissário na baía do João Paulo, está no IMA o pedido de licença prévia, para a disposição final do efluente de toda a região do Sul da Ilha e mais a região do SES do Saco Grande no Sistema de Disposição Oceânica do Sul da Ilha. Há um planejamento mais amplo que avalia além da operação da Estação que está ali. Chegará o momento em que, com a urbanização da Ilha, não haverá mais locais com capacidade de receber todo esse efluente, mesmo com tratamento terciário. Todos os técnicos da CASAN estão trabalhando para tentar propor soluções para mitigar essa ocupação do Município. **P** (**Rodrigo Vieira**): "Maio de 2023 está previsto somente conclusão da ETE ou também toda rede coletora das regiões abrangidas?" **R** (**Felipe**): Todo o escopo do contrato, incluindo ETE e implantação da rede coletora. **P** (**Ricardo Araujo**): "2. Por que não foi realizado estudo de impacto de vizinhança? O impacto à comunidade que irá receber a ETE está sendo ignorada. De acordo com técnicos da área consultados, não há projeto eficiente o suficiente para evitar o impacto do mau cheiro e de aerossóis contaminados, inclusive por Covid-19, quando um projeto como este é instalado do outro lado da rua de um bairro residencial." **R** (**Patrice**): Esse impacto não precisa do EIV para determinar. Esse impacto está previsto no estudo ambiental simplificado e tem como medida mitigadora, a instalação de

equipamentos para tratamento dos gases e odores da ETE e das elevatórias, conforme apresentado no projeto. **P** (**Ricardo Araujo**): "3. Por que a CASAN não disponibiliza os dados de eficiência da ETE atual? A CASAN não está disponibilizando os dados de eficiência de tratamento da ETE atual, sendo que já foi autuada anteriormente por lançar efluentes fora das especificações mínimas. Como permitir um novo projeto muito maior em uma região muito sensível como esta se a CASAN não atestou ser capaz de gerir de forma adequada uma ETE muito menor e menos complexa?" **R** (**Patrice**): Informou que recebeu, naquele momento, a informação de que houve solicitação do pedido de informação dos dados de eficiência da ETE e a CASAN alegou que não poderia repassar por causa da lei geral de proteção de dados. Verificará junto ao Diretor de Operação a forma de disponibilizar esses dados. Disse ainda que a eficiência de tratamento da Estação atual é de 84% de remoção de DBO. A CASAN recebeu auto de infração em 2013, tanto da ARESC quanto do IMA porque, naquela época, a ETE implantada não tinha um sistema eficiente de remoção de sólidos segmentáveis. Em 2015 foi construída a unidade de decantação resolvendo este problema. Em relação a capacidade ou não da CASAN, **Laudelino** disse que isso está caracterizado pela manutenção do contrato que a Prefeitura mantem com a concessionária CASAN com o objetivo de fazer a universalização dos sistemas de água e de esgoto em todo o Município que, apesar dos tropeços na gestão devido a complexidade, a Prefeitura tem a confiança sobre a qualidade técnica da CASAN e está apoiando, para que esses projetos sejam implementados o mais rápido possível, para que o município de Florianópolis consiga ter também a meta de universalização concluída até 2032. **P** (**Ricardo Araujo**): "4. Por que o projeto completo da nova ETE nunca foi disponibilizado para a comunidade?" **R** (**Felipe**): O projeto de engenharia já está público no site da CASAN, pois é um documento integrante do processo licitatório, que também é publico a toda comunidade e está desde 2018, quando foi feita a instalação do processo de licitação. **Patrice** disse que o questionamento é em relação a não realização de audiência pública, para tanto, esclareceu que no Estado de Santa Catarina não há exigência de audiência pública no licenciamento ambiental para empreendimentos de saneamento com porte médio. **Patrice** informou que está nesta área há doze anos e, até o momento, não houve exigência de audiência pública para algum SES, a não ser o caso do Sistema de Disposição Oceânica (SDO) do Sul da Ilha que foi um processo de licenciamento pelo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Mas a CASAN tem uma equipe no local da obra e está aberta para esclarecer as dúvidas e os receios que a comunidade tem com a implantação dessa obra no local. **Laudelino** disse que o COMSAB vem sendo questionado em relação a realização de uma audiência pública, mesmo que não seja dentro de um processo de licenciamento, mas aberta, para que a CASAN possa apresentar à comunidade

o projeto novamente. Nesta reunião, a CASAN está apresentando ao COMSAB com a participação de alguns visitantes, mas existe o anseio da CASAN apresentar à comunidade local. **Laudelino** salientou que continuam as restrições por conta da pandemia e, por isso, é preciso evitar aglomerações. Na oportunidade, orientou que, caso haja interesse de solicitar à CASAN uma apresentação pública desse projeto, que as associações comunitárias façam o encaminhamento formal à Câmara de Vereadores, aos cuidados do Presidente Vereador Roberto Katumi Oda, o qual poderá articular, juntamente com a Prefeitura a realização do evento deste porte, de maneira segura. **P** (**Márcio Freitas**): "Qual será o custo mensal de operação da ETE? E qual a arrecadação mensal deste sistema de esgoto via tarifa?" **R** (**Felipe**): No momento, não dispõe das informações do custo operacional por não ser uma área afim da sua área específica, mas informou que toda importação ou ampliação de sistema passa por uma análise técnica e econômica do empreendimento. Em relação a arrecadação é uma área que é densamente povoada e traz uma arrecadação satisfatória à Companhia, de maneira que consegue cobrir os gastos operacionais do Sistema. **Laudelino** destacou que existe a política da tarifa social que é implementada às famílias de menor poder aquisitivo, garantida por lei. **P** (**Ricardo Araújo**): "5. Quando a comunidade do João Paulo, Saco Grande e Monte Verde serão atendidas pelo novo projeto? **R** (**Felipe**): A implantação da rede coletora será iniciada, mas serão efetivamente contemplados e fazer a conexão à rede coletora, quando a obra estiver apta a entrar em operação, sendo após maio de 2023. Será analisado ao longo da implantação do empreendimento se o Sistema entrará em operação de forma setorial ou integral. Uma vez que a estação estiver apta para receber uma determinada carga, pode iniciar o condicionamento de forma gradativa da unidade. **Felipe** destacou que os moradores só poderão fazer a sua efetiva conexão com a rede coletora a partir do momento que receber a comunicação formal da CASAN. **P** (**Djan Freitas**): "Como será o tratamento do lodo?" **R** (**Felipe**): Passa pelo desaguamento mecanizado e tem uma parte de leito de secagem para armazenamento desse lodo até ele ser destinado ao aterro sanitário, com produção diária de 6m³/dia. **P** (**Letícia/ Frente Parlamentar Ambientalista Floripa**): "Já foram solicitados os dados e a resposta é que são sigilosos, por quê? Esclareceu que a Frente Parlamentar recebeu resposta da ouvidoria que as informações estão sob a lei de sigilo de dados. A Frente Parlamentar remeteu um requerimento no dia 12 de julho, tendo a CASAN trinta dias para responder." **R** (**Patric**e): Informou que a Agência Reguladora e os órgãos ambientais tem essas informações, pois são passadas aos mesmos. **P** (**Ricardo Araújo**): "6. A comunidade de pescadores artesanais do João Paulo já fez diversas solicitações destes dados de monitoramento da eficiência da ETE ao longo dos anos e nunca tivemos acesso a estes dados. Até mesmo o Ministério Público Federal

(MPF) afirma que a CASAN não tem apresentado estes dados, mesmo perante solicitações." **R** (**Patrice**): O MPF fez dois questionamentos à Companhia em relação a essa obra e todas as informações solicitadas a CASAN respondeu e não recebeu nenhum outro questionamento deste órgão federal. Em relação à Comunidade de Pescadores Artesanais, **Patrice** disse que não chegou nenhuma solicitação oficial ao setor onde trabalha. Na oportunidade, esclareceu que o melhor caminho para solicitar essas informações é por meio da Ouvidoria, esse é o regramento que está sendo dado internamente a todas as solicitações do Estado, sendo o acesso pelo site da CASAN. **P** (**Alexandre S. Cavalcanti**): "Na apresentação, os modelos de residências não refletem a realidade local, milhares de pessoas moram em quitinetes, nas encostas dos morros, onde a rede pluvial e de esgotos são a mesma coisa e tudo é destinado aos rios locais, principalmente o Rio Pau do Barco e o Vadik. Todo esse investimento não será em vão em função dessa situação?" **R** (**Felipe**): É preciso distinguir duas questões importantes, como rede de drenagem e rede de esgotamento sanitário. Disse que nestas regiões ainda não há rede de coleta de esgoto, sendo assim, boa parte das residências, seja unifamiliares, multifamiliares, quitinetes, dentre outras, muitas delas fazem sua conexão de forma direta na rede de drenagem e esse esgoto vai diretamente para o rio. Com a implantação desse Sistema, haverá duas redes independentes, ou seja, o morador deverá fazer a sua conexão do esgotamento sanitário na rede coletora que a CASAN irá implantar e toda a rede de drenagem pluvial, vai continuar sendo conectar a rede pública já existente. Sendo assim, não será um investimento em vão, pelo contrário, vai ocorrer a distinção destas duas redes que, atualmente, está indo tudo para o mesmo lugar e é o que causa a poluição na praia e a grande formação da lama que está sendo recorrente, até em função do aumento exponencial de residências nessa região. **P** (**Alexandre S. Cavalcanti**): "Vejo que quando o projeto da ETE foi realizado, em 2014 até hoje, o Posto de Saúde praticamente dobrou o número de equipes e atendimentos, refletindo o crescimento populacional da região. Esse crescimento está previsto na capacidade da ETE?" **R** (**Felipe**): Sim. Quando é elaborado o projeto de esgotamento sanitário é realizado um estudo de evolução populacional da região que será beneficiada, fazendo uma estimativa do crescimento da população utilizando vários critérios, com dados do IBGE, da CASAN, da CELESC, além de estudos em bibliografias disponíveis. O estudo da evolução do crescimento é realizado no horizonte do projeto que é, neste caso, de 20 anos. **P** (**Eugênio L. Gonçalves**): "Considerando o desastre ambiental na praia do João Paulo e a respectiva produção de seis (6) toneladas de lama/ano proveniente da drenagem pluvial e emissário no manguezal; Considerando a falta de conhecimento da dimensão completa do pacote lamoso produzido na praia, com possibilidade de contaminantes impactando na segurança alimentar e saúde pública;

Considerando a ausência de estudo da salubridade da bacia hidrográfica da região; Considerando ausência de investimento na área de drenagem na área; Considerando que o PMISB previa 177 milhões entre 2013 e 2015 e 75 milhões entre 2016 e 2024 num total de 252 milhões na área; Considerando o desvio dos recursos do FMSB para asfaltaço e para contrato irregular da Empresa Amazon na área de resíduos sólidos; Questiona-se: Quais certezas que teremos que o projeto da ETE e de manejo da drenagem não impactará na cadeia alimentar, na saúde?" **R** (**Felipe**): O fato de que atualmente todo o esgoto bruto está sendo destinado para a rede de drenagem e, consequentemente, poluindo os rios e a baía, esta lama está muito relacionada a esse crescimento desordenado e essa ligação irregular. Com a implantação da rede coletora, haverá distinção destas redes implantadas, sendo a rede de drenagem para conexão das águas pluviais e a rede coletora de esgoto destinada a coleta efetiva dos resíduos dos efluentes domésticos de cada residência. Caberá à CASAN, juntamente com a Prefeitura, monitorar esta conexão assim como já ocorre em diversas outras localidades que já tem a rede implantada, exemplificando o Trato pelo Capivari, o Programa Se Liga na Rede. **P** (**Eugênio L. Gonçalves**): "A prefeitura vai respeitar e não permitir desenvolvimento urbanístico sem o vínculo à estrutura de saneamento básico, conforme prevê PMISB, para região? A Prefeitura vai considerar os futuros projetos construtivos à estrutura de saneamento este existentes para esta bacia hidrográfica?" **R** (**Laudelino**): O crescimento demográfico urbanístico da Cidade está vinculado a uma projeção matemática de crescimento urbano, o qual está previsto dentro do projeto da ETE que dará um prazo de vida útil da Estação, sem necessidade de ampliação, de 20 anos. A questão urbanística da Prefeitura é de cumprir o que está sendo legislado para que possa manter o controle do crescimento urbanístico de forma saudável, evitando as invasões, as construções inadequadas dentro da área urbana. Vai depender da parceria entre a Prefeitura e a CASAN, como existe o Se Liga na Rede, Trato pelo Capivari, Trato pela Lagoa da Conceição, desenvolvendo projetos para que as comunidades envolvidas no SES façam ações construtivas separando o esgoto da rede pluvial. Esse é um trabalho diário dentro da Prefeitura e os projetos já citados serão ampliados para ter a garantia de que o SES que está sendo ampliado, será utilizado pela sociedade. Em relação aos recursos utilizados para a Operação Asfaltaço, **Laudelino** reiterou a informação da negociação com a CASAN a qual é a responsável pela recuperação do asfalto. Foi assinado um convênio em que o recurso é repassado ao Município que assumiu a responsabilidade de realizar essas atividades. O excedente de recursos que a Prefeitura não utiliza, é direcionado atualmente, conforme a lei permite, para pagar as despesas do contrato com a Empresa Amazon, dos resíduos sólidos. Mas há uma previsão legal para que o FMSB possa arcar também com essa despesa. **P**

(**Ricardo Araújo**): "Como a obra pode estar sendo executada sem ser definido o local de lançamento de efluentes e sem um estudo que confirme que a região é capaz de receber toda esta carga?" **R** (**Patrice**): A obra é de ampliação de um sistema já implantado, portanto, a questão é a alternativa tecnológica que tem que ter mais eficiência do que o tratamento anterior. Como já estava previsto no PMISB, e esta é a segunda etapa, o estudo de autodepuração mostrou que tem capacidade. Onde não tem capacidade de lançar é no Rio Pau do Barco e no Vadik, mas na baía tem condições de lançar. Por este motivo, o órgão ambiental emitiu a LAI. Há um equívoco ao afirmar que não tem o local definido, pois o local é a baía do João Paulo. **P** (**Eugênio L. Gonçalves**): "Solicito à Prefeitura: Acesso ao EAS da ETE; Divulgar os resultados do monitoramento ambiental da área de lançamento do efluente tratado da ETE-Saco Grande, conforme Estudo Ambiental Simplificado feito para o Licenciamento de Operação da ETE-CASAN; Estudar o perfil sedimentar da lama sedimentada na praia do João Paulo, caracterizando-a quimicamente para compreender sua origem e histórico de contaminação; Garantir a segurança alimentar e ambiental pelo monitoramento de balneabilidade da água, de patógenos resistentes à água salgada e da qualidade dos ecossistemas e dos recursos pesqueiros utilizados na alimentação da comunidade, como o tatu (C. costata), peixes e camarão pescados no local e região; Refinar a modelagem hidrodinâmica da enseada do Saco Grande-João Paulo e rever o potencial de dispersão dos efluentes na região e o dimensionamento do emissário de disposição do efluente para áreas; Formar um comitê gestor deliberativo para acompanhar o sistema de saneamento local, garantindo a ampla participação da comunidade nas decisões que irão impactar o futuro da comunidade; Restaurar as áreas úmidas (manguezal, banhados e restingas) e a mata ciliar da bacia hidrográfica para aumentar o potencial de biofiltração das águas que drenam para a Enseada do Saco Grande." **R** (**Laudelino**): A resposta será encaminhada, posteriormente, pela Prefeitura ao solicitante. **P** (**Eugênio L. Gonçalves**): "Por que a PMF não exigiu estudo de impacto ambiental?" **R** (**Patrice**): O licenciamento foi emitido pelo órgão ambiental estadual e não pela FLORAM, à época, considerando que o porte de licenciamento da FLORAM é com vazão menor que 50 L/s. **Laudelino** disse que a CASAN apresentou os estudos exigidos pelo IMA e que a Prefeitura tem um arquivo completo com toda documentação de todas as obras que estão em andamento no Município de Florianópolis. Da Estação do João Paulo encontra-se o Estudo de Impacto Ambiental. **P** (**Márcio Freitas**): "Mas a Lei do impacto de vizinhança já estava regulamentada, então a Prefeitura descumpriu a Lei que tem essa exigência?" **R** (**Laudelino**): Em nenhum momento foi exigida na CASAN a apresentação do EIV porque não cabia à Prefeitura esta solicitação e sim ao IMA, dentro da legislação estadual. Esta questão será encaminhada ao

IPUF, órgão responsável pela questão do EIV, no Município. **P** (**Laudelino**): "Existe a possibilidade da implantação de um Programa 'Se Liga na Rede' na região a ser atendida pela ETE do João Paulo/Saco Grande?" **R** (**Patrice**): Há esta possibilidade após a conclusão da obra. O projeto já prevê um programa de comunicação social para que se sejam executadas as ligações na rede coletora. Para tanto, **Laudelino** enfatizou que haverá necessidade de um programa de 'porta a porta'. **P** (**Eugênio L. Gonçalves**): "Porque a PMF não exigiu estudo de impacto ambiental e de vizinhança?" **R** (**Laudelino**): O questionamento será remetido ao IPUF. **P** (**Alexandre S. Cavalcanti**): "A Associação FloripAmanhã realizou um Diagnóstico Ambiental da região para um Plano de Ordenamento Náutico de Florianópolis, onde todos indicadores apontam a região do Saco Grande como impróprio para investimentos, a CASAN teve acesso esse documento? https://materiais.floripamanha.org/estudos-plano-de-ordenamento-nautico-florianopolis " **R** (**Patrice**): Indagou que quando é este diagnóstico, considerando que o Estudo Ambiental foi realizado em 2012/2013. Disse que, até o momento, não teve conhecimento deste diagnóstico. **Laudelino** solicitou à Gerente Ambiental da CASAN que avalie o Diagnóstico Ambiental e providencie resposta ao COMSAB. **P** (**Letícia/Frente Parlamentar Ambientalista Floripa**): A resposta que recebemos da ouvidoria da CASAN ao solicitarmos os dados de monitoramento: "*Cumpre informar que vossa solicitação foi analisada pela área técnica correspondente da companhia. E diante do objeto requerido em vosso requerimento, os mesmos, encontram-se classificados como SIGILOSOS pela companhia, por tratarem-se de um monitoramento operacional e estratégico pela companhia. Desta feita, tal solicitação não poderá ser atendida*." **R** (**Laudelino**): Orientou que a Frente Parlamentar faça os encaminhamentos que avaliar necessários para colocar em questionamento o posicionamento da CASAN, enfatizando que são dados que não pertencem à CASAN, mas sim à concessão. Na oportunidade, sugeriu que os questionamentos sejam encaminhados à ARESC que é a agência contratada pelo Município para mediar a relação entra a Prefeitura e a CASAN, dentro do objeto da concessão. **P** (**Alexandre S. Cavalcanti**): "Existe projeto para recuperação e revitalização dos rios Pau do Barco e do Mel e seus afluentes como medida compensatória?" **R** (**Patrice**): Nas medidas compensatórias não necessariamente projeto de recuperação e revitalização dos mananciais do Pau do Barco e do Mel. Foi exigida revitalização de área degradada apenas no local da obra. Salientou que implantar a rede coletora de esgoto já é uma medida mitigadora e ajudará a preservar os mananciais Em relação às medidas compensatórias, posteriormente, **Patrice** remeterá à secretaria do COMSAB para replicar aos conselheiros. **Laudelino** disse que tratará deste assunto junto à FLORAM, que poderia abordar a questão em conjunto com a CASAN. **P** (**Jaison Souza**): "As elevatórias já estão alocadas? Podem ser divulgadas as localizações?" **R**

(**Felipe**): Todas já estão alocadas, possuem projetos que estão publicados no site da CASAN. P (**Silvani Ferreira**): "Se houver uma enxurrada muito forte e tivermos um acidente ambiental, tem algum plano para recuperação? Sabemos que o saco do João Paulo é o local que tem menos correntes marítimas de toda baía Norte e Sul. Qual foi o critério para escolher este local para está mega estação de esgoto? Sou pescador e sei que correntes marítimas em todo aquele local é muito fraca de vazante, tem muito mais correntes marítimas com enchente e assim todo resíduo acaba vindo para praia do João Paulo ou retornado." **R** (**Patrice**): Trata-se de efluente tratado a nível terciário, portanto, não tem risco de resíduo, de lodo. Se der uma enxurrada, toda a rede é calculada para ter um fator de infiltração da água da chuva, mas, neste caso, não tem o risco de haver queda ou algo semelhante do que ocorreu na Lagoa da Conceição. O que é exigido é um plano de emergência e contingência, como a colocação de geradores nas estações elevatórias maiores. A altura das elevatórias é calculada para que consiga receber o esgoto, mesmo que ocorra a falta de energia por um curto período. Em relação à separação do líquido com o lodo, todo o lodo será centrifugado e levado ao aterro sanitário. Em relação às correntes marítimas, **Patrice** esclareceu que os coliformes fecais serão tratados com UV e o efluente tratado tem que atender os padrões de lançamento, não havendo risco de despejo de efluente ou de lodo da Estação em si. Para maior segurança, há o plano de emergência e contingência, ressaltou **Patrice**. **P** (**Alexandre S. Cavalcanti**): "Saneamento é saúde. Nas ações propostas pela CASAN, os Conselhos Locais de Saúde do João Paulo, Saco Grande e Sto Antônio podem ser envolvidos?" **R** (**Felipe**): Os Conselhos Locais de Saúde e as lideranças comunitárias, serão envolvidas ao longo da implantação e convidadas a participar das ações de conscientização e apoio à comunidade para explicar o que está sendo implantado e os benefícios que a obra trará à população. **Laudelino** disse que será realizado contato com a Secretaria Municipal de Saúde para poder mobilizar os conselhos dessas regiões. **P** (**Djan Freita**s): "Lembrando que no caso do Rio do Braz (Canasvieiras), o que ocorreu foi um furto de fiação, ocasionando interrupção do funcionamento da elevatória e lançamento de esgoto bruto no Rio do Braz. Acredito, que devemos aprender com os erros". **R** (**Felipe**): Há diversos mecanismos de segurança nessas unidades, desde o monitoramento da telemetria das unidades em tempo real, permitindo que, ao ocorrer qualquer tipo de problema de falha de componente, a equipe da CASAN é avisada de forma imediata. Além disso, tem a implantação do gerador de energia e a instalação da segunda bomba que permitirá a alternância dos equipamentos garantindo a eficiência da operação do SES. **Patrice** complementou informando que todas as elevatórias e todos os sistemas de esgoto operados pela Companhia, em Florianópolis, estão no sistema supervisório, com uma equipe técnica monitorando vinte e

quatro (24) horas por dia. (**Fabiane A. Tasca**): disponibilizou o site da CASAN https://www.casan.com.br/noticia/index/url/documentos-ses-saco-grande#0 **P** (**Janaína**): "Em quais situações a norma exige o EIA, não falo do EIV e sim ambiental – falo do RIMA." **R** (**Felipe**): O estudo é realizado em todas as situações, mas o tipo de estudo depende do porte do empreendimento. **Patrice** disse que existe a legislação do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina (Resolução CONSEMA 98/2017) a qual aprova a listagem das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental e define os estudos ambientais necessários e estabelece outras providências. Já a Resolução CONSEMA 99/2017 é para os municípios. A legislação trata de dois tipos de atividades, sendo os SES e o sistema público de coleta e tratamento de esgotamentos sanitários do SDO. O SES Saco Grande foi avaliado como porte médio tendo como exigência o Estudo Ambiental Simplificado (EAS). Em relação ao questionamento do lançamento do efluente tratado na baía e não é considerado SDO, a Resolução CONAMA 430/2011, Art. 4º, define o que é emissário submarino, desta forma em Florianópolis o limite da linha de base passa por fora da Ilha do Campeche, então todo o mar que envolve a Ilha é chamada de água interior, faz parte da jurisdição estadual, por isso é chamado de emissário subaquático e não emissário submarino, da mesma forma como é a ETE Insular. (**Felipe**): Disponibilizou o site https://www.casan.com.br/noticia/index/url/ses-saco-grande-acompanhe#0 P (Denise de Siqueira): "Ainda não têm os resultados, mas as obras já estão andando?" **R** (**Patrice**): O Estudo de Autodepuração é uma condicionante da LAI a qual estabelece que, antes da implantação do emissário final, a CASAN tem que apresentar a complementação deste estudo. Já tem resultados preliminares, considerando o estudo realizado anteriormente e está disponível no site da CASAN. A complementação deste estudo é uma exigência da LAI para a LAO. **P** (**Alexandre S. Cavalcanti**): "Após a conclusão da obra da ETE, o monitoramento das águas e sedimentos será mantido? Como esse indicador funciona? Se o indicador apontar deterioração, qual o nível de responsabilização da Prefeitura e/ou CASAN?" **R** (**Patrice**): Depois que entra em operação, o órgão ambiental exigirá o controle no monitoramento da qualidade do efluente tratado e mais do corpo receptor. Para tanto, será apresentado um plano ao órgão ambiental que analisará e, após estar de acordo com as exigências, aprovará. **Patrice** disse que ainda não está definido o número de pontos de monitoramento. O monitoramento da ETE em operação é realizado somente num ponto. Esclareceu ainda que, no monitoramento da LAI são vários pontos, com diferentes profundidades, para isso tem uma equipe contratada especificamente para este serviço. São dois tipos de monitoramento, sendo um da ETE em operação (com um ponto) e o monitoramento de instalação da obra (vários pontos), destacou **Patrice**. Disse ainda que o

órgão ambiental define os pontos e também os parâmetros a serem analisados. Se apontar alguma deterioração, comprovando que é por consequência do empreendimento, com certeza a CASAN será responsabilizada. **P** (**Silvani Ferreira**): "Sabemos que a CASAN, em relação a rede de esgoto, não é um órgão confiável. Temos várias provas por aí a fora, então imagina o perigo que nossa Colônia de Pescadores Artesanais está correndo por conta disso. Somos a segunda maior Colônia de Pescadores Artesanais tradicionalmente de Florianópolis e não concordamos em trazer esgoto de outros bairros." **R**: Não foi emitida resposta. **P** (**Fabiane A. Tasca**): "Acho que o esgoto dos outros bairros já chega no bairro, não? Só que sem tratamento." **R** (**Laudelino**): Está indo esgoto de outros bairros através da rede pluvial, por isso a necessidade da rede coletora de esgoto para separar o esgoto da rede pluvial. **P** (**Denise de Siqueira**): "Sigilo de dados? Que sentido faz sobre algo que é necessário ser do conhecimento de todos? É a transparência ao avesso?" **R**: Não foi emitida resposta. **P** (**Silvani Ferreira**): "O que mais me assusta, é ver que todos os membros que estão para defender a CASAN tentam tirar a culpa que esta estação trouxe este lodo tão rápido para nossa praia. Se pelo menos admitissem este erro e procurassem um meio de ajudar nossa praia e os pescadores com engordamento da praia com faixa de areia". **R** (**Laudelino**): Esta responsabilidade não é da concessionária e sim da área ambiental e de infraestrutura da Prefeitura. Disse ainda que o Município tem ciência que a região sofreu impacto ambiental, considerando o crescimento exponencial dos últimos dez anos e, principalmente, pela falta de tratamento de esgoto na região. Com a rede coletora de esgoto, vai haver, de forma gradativa, a recuperação ambiental.
P (**Letícia/Frente Parlamentar Ambientalista Floripa**): "A Companhia acredita que o impacto causado na enseada do João Paulo é apenas ocasionado da disposição inadequada de esgotos sanitários? Por que?" **R** (**Felipe**): Já foi esclarecido anteriormente, mas salientou que é principalmente devido a carga orgânica que é depositada diretamente para a baía em função da falta de coleta de esgoto dessa região. Atualmente, como toda essa região não é contemplada com rede coletora de esgoto, lança essa carga orgânica diretamente na baía. **P** (**Márcio Freitas**): "Não seria o caso deste Conselho remeter ao Planejamento da Prefeitura, a necessidade de se prever áreas de reserva para o tratamento de efluentes em locais adequados, em termos urbanísticos e ambientais, de forma a evitar os problemas sanitários futuros, apontados pela Patrice e colocando limites mais rígidos no crescimento urbano? lembrando que o Plano Diretor está novamente sendo revisto." **R** (**Laudelino**): Há dois anos, foi criado um grupo técnico, por meio de decreto, que está realizando estudo de concepção da destinação final do efluente de esgoto em Florianópolis. No momento, o grupo está concluindo o Termo de Referência (TR) para contratação de consultoria que irá realizar os estudos técnicos

de todas as possibilidades de destinação final de esgotamento sanitário da Ilha, para que o Município, juntamente com a CASAN, possa ajustar o contrato de programa e dar uma destinação correta a cada tipo de efluente que estiver sendo tratado em ETEs da Ilha. Este grupo técnico é formado por representantes de órgãos municipais, estaduais e federal que, no momento, estão contribuindo com a elaboração do TR. **P** (**Márcio Freitas**): "Não sei como vocês podem falar que é uma ampliação se é um sistema de tratamento completamente novo, com uma área de abrangência igualmente diferente? Parece uma falácia falar-se em ampliação? É de fato um novo sistema!" **R**: Não foi emitida resposta – Juízo de valor. (**Frente Parlamentar Ambientalista Floripa**): Disponibilizou o email fpambientalistafloripa@gmail.com. **P** (**Ricardo Araújo**): "A representante da CASAN afirmou que a Prefeitura emitiu um documento que liberou a CASAN de apresentar o EIV, de forma que fica caracterizado que a Prefeitura descumpriu a lei que exige este documento." **R** (**Patrice**): Complementou a informação dada anteriormente, salientando que a Prefeitura emitiu uma Declaração de uso do solo, no qual declara que o empreendimento está de acordo com o Plano Diretor, cujo documento está disponível no site da CASAN. Salientou que em nenhum momento chegou à CASAN a exigência da realização do EIV. **Laudelino** disse que verificará essa questão com o IPUF e informará os conselheiros. (**Kissia Stein**): Disponibilizou o site https://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/ipuf/eiv/ EIV sob responsabilidade do IPUF. (**Guilherme Pereira**): "A questão ambiental é licenciada por apenas um ente como determina a Lei Complementar 140/2011, no caso o órgão responsável pela ETE João Paulo é o IMA. O EIV não trata de estudo ambiental." **P** (**Alexandre S. Cavalcanti**): "Essa confusão de informações e falta explicações pode ser devido a falta de audiência pública e EIV. O Conselho Municipal de Saneamento não poderia ter se antecipado? Como a comunidade pode contar com esse Conselho em ações efetivas como a de hoje?" **R** (**Laudelino**): No Conselho tem representação de diversas comunidades. Foram as lideranças comunitárias que solicitaram a inclusão desta pauta na reunião, para que a CASAN tivesse espaço para apresentar aos conselheiros as condições de elaboração e execução do projeto do SES João Paulo/Saco Grande. Em relação à audiência pública, reiterou a orientação de formalizar o pedido junto à Câmara Municipal de Vereadores para que organize a realização de uma apresentação pública do projeto à comunidade. **Laudelino** disse que recebeu a orientação de que o COMSAB não tem esta função e sim a Câmara de Vereadores. **P** (**Ricardo Araújo**): "Para constar em ata o E-mail de comunicação com o movimento SOS João Paulo e a Associação dos Pescadores Profissionais Artesanais e Amadores João Paulo: sosjoaopaulosc@gmail.com". **P** (**Eugênio L. Gonçalves**): "Foi realizado algum estudo do impacto sobre a maricultura, em caso de acidente?" **R** (**Patrice**):

Neste estudo, diretamente à maricultura não, mas no estudo do SDO Sul da Ilha foi realizado o estudo sobre o impacto à maricultura. **P** (**Eugênio L. Gonçalves**): "Diante de tantos questionamentos, significa falta muita transparência por parte da PMF e da CASAN, justificando a realização da audiência pública." **R** (**Laudelino**): Reiterou a orientação de a comunidade solicitar ao Presidente da Câmara de Vereadores a realização de audiência pública. (Fabiane A. Tasca): "Deixo a ACESA (Associação Catarinense de Engenheiros Sanitaristas e Ambientais) à disposição dos moradores caso queiram auxílio nas dúvidas técnicas: acesa@acesa.org.br." **P** (**Djan Freitas**): "Comunico os colegas da CASAN, que existem as ETEs individuais nessa região. Não faz sentido acusar toda a comunidade de poluir a região. Possuo um banco de dados, com mais de 50 ETEs só no Bairro João Paulo." **R** (**Laudelino**): Conversará com o representante da ABES/SC, posteriormente. (**Alexandre S. Cavalcanti**): "Obrigado pela abertura e disponibilidade para discussão". (**Ricardo Araújo**): "Apenas apresentar um projeto imposto e irregular não significa de forma alguma que o processo está sendo participativo. A comunidade demanda um canal de participação efetiva e não apenas como ouvinte de uma palestra mal fundamentada." Finalizados os questionamentos, **Laudelino** informou que consta na revisão do PMISB a seguinte norma: As novas metas e ações já prevê a necessidade de um programa para inspecionar os imóveis dos novos sistemas que entrarem em operação e também nas ampliações. Sendo assim, qualquer projeto que a CASAN venha a fazer, doravante, e que vai entrar em operação, o Programa Se Liga na Rede terá que ser implementado para fazer o trabalho junto às residências para verificar se o imóvel está ligado ao sistema de esgotamento sanitário. Na sequência, **Laudelino** agradeceu ao Felipe, à Patrice e toda equipe de apoio da CASAN, pelas explanações e esclarecimentos para que os conselheiros e visitantes pudessem ter conhecimento e compreensão do projeto. Salientou que, caso algum conselheiro tenha alguma dúvida, que encaminhe à secretaria executiva do Conselho que remeterá à CASAN. Desta forma, os conselheiros, como representantes da sociedade, estarão devidamente inteirados sobre este projeto tão importante. **Felipe** informou que o projeto tem como público alvo o atendimento de trinta e três mil habitantes, elevando a cobertura de atendimento com rede coletora de esgoto acima de setenta por cento (70%) no Município. Finalizando a reunião, **Laudelino** informou que a próxima reunião extraordinária vai ocorrer no dia 19/08, às 14 horas, tendo como pauta Drenagem. Os técnicos da Superintendência de Saneamento Básico/SMMA farão uma apresentação, com a colaboração dos representantes da Secretaria de Infraestrutura e, talvez haja participação de um participante externo para apresentar o Diagnóstico do Sistema de Drenagem de Florianópolis. **Felipe** agradeceu pelo espaço concedido e enfatizou que a CASAN está à disposição das lideranças

comunitárias e dos moradores, para dirimir eventuais dúvidas sobre a implantação do projeto. Salientou a importância de criar um canal de comunicação direta com a CASAN. Finalizando a reunião, **Laudelino de Bastos e Silva** agradeceu a todos pela participação, reiterou os agradecimentos aos representantes da CASAN e encerrou a reunião e eu, **Paulina Korc**, redigi a presente ata.